



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Centro Oeste - Agência de Florestas e Biodiversidade de Formiga

Parecer Técnico IEF/AFLOBIO FORMIGA nº. 18/2024

Belo Horizonte, 27 de maio de 2024.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome:RICARDO LUIZ TEIXEIRA TELLES	CPF/CNPJ:070.665.437-42
Endereço:RUA SÃO PAULO Nº 20 AP 201	Bairro:CENTRO
Município:ARAXÁ	UF:MG
CEP:38184-004	
Telefone:343662-8577	E-mail:MEIOAMBIENTE@WLDAMBIENTAL.COM

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
CEP:	
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação:FAZENDA PANTANO E QUEBRA CUNHA	Área Total (ha):44,6313
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 8752	Município/UF:SÃO ROQUE DE MINAS, MINAS GERAIS
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3164308-EB92.7698.6C4A.4585.A73F.DFBD.7AFF.B498	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	26,9240	

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	26,2240	ha	23 k	331963,569	7783764,807

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
-----------------------	---------------	-----------

Agricultura		26,2240	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Campo nativo		26,2240
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha nativa	Lenha	17,24	m³

1.HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 20/06/2023
 Data da vistoria: 27/07/2023
 Data de solicitação de informações complementares: 04/08/2023
 Data do recebimento das informações: 31/08/2023
 Data de solicitação de informações complementares: 10/10/2023
 Data do recebimento das informações: 23/10/2023
 Data de solicitação de informações complementares: 19/01/2024
 Data do recebimento das informações: 22/03/2024
 Data do pedido de sobrestamento do processo devido ao CAR: 22/03/2024
 Data do recebimento das informações: 03/05/2024
 Data do parecer técnico: 23/05/2024

2.OBJETIVO

É objeto desse parecer é analisar a solicitação para supressão da vegetação nativa com destoca em **26,9240** ha na fazenda Pântano e Quebra Cunha, matrícula 8.752, para uso na agricultura no município de São Roque de Minas/ MG.

OBS: O pedido de supressão visa intervir em novas áreas e regularizar intervenção já ocorrida conforme auto de infração 328602/2024 e auto de fiscalização nº 242417/2024 em uma área com 0,9000 ha.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Fazenda Pântano e Quebra Cunha, matrícula 8.752.

Município de São Roque de Minas

Área do imóvel de 44,6313 ha com 1,27 módulos fiscais.

O município de São Roque de Minas possui 58,15% da sua área com vegetação nativa, composta de campos, cerrado, áreas de transição e florestas.

A propriedade encontra-se no Bioma Cerrado.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3164308-EB92.7698.6C4A.4585.A73F.DFBD.7AFF.B498

- Área total: 46,7302 ha

- Área de servidão: 0,6357 ha

- Área líquida do imóvel: 46,0945 ha

- Área de reserva legal: 9,6037 ha (corresponde a 20,83 %)

- Área de preservação permanente: 5,8920 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 0,4726 ha

- Área remanescente de vegetação nativa: 45,5346 ha

- Qual a situação da área de reserva legal: Explicação abaixo

(x) A área está preservada:

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

A reserva legal do imóvel atende a legislação vigente.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A reserva legal foi demarcada em um fragmento de vegetação nativa típica de campo nativo.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

A matrícula possui parcelamento do solo em data posterior a 22 de julho de 2008.

3.3 Do parcelamento do solo

A fazenda Pântano e Quebra Cunha, matrícula 8.752, originou-se do parcelamento do solo conforme explicado abaixo:

Foi anexado ao processo todas as matrículas anteriores ao parcelamento, bem como a planta topográfica da área anterior e os dados informados foram analisados pelo SICAR.

RESUMO DAS MATRÍCULAS

Matricula anterior 4299 (gerou as matriculas 4397,8752,8753,8754) o qual foi objeto de retificação passando a constar a área de 199,00 na data de 03/07/1991 e posteriormente desmembrada por escritura de divisão amigável lavradas em 07/04/1991 conformes as averbações AV-3-4299, AV-4-4299, AV5-4299, AV-6-4299, e teve seu registro encerrado devido os desmembramentos nas seguintes áreas:

- Matrícula 4397 foi aberta na data anterior a 22/07/2008 com área de 47,50 ha (não está relacionada ao parcelamento do solo)

As demais matrículas foram abertas depois de 22 de julho de 2008, sendo:

- Matricula 8752 (alvo desse processo)

- Matricula 8753 - Data de abertura 18/05/2009 – área com 60,8687 Hectares

- Matricula 8754 - Data de abertura 18/05/2009 – área com 46,00 Hectares

3.3_ Da análise da vegetação nativa das matrículas parceladas posteriores a 22 de julho de 2008

Matrícula 8752 – Alvo desse processo

Matrícula 8753 – CAR - MG-3164308-8866504BC3BB438482741E578BA2208D

Observações: O CAR foi feito de forma unificada a outras matrículas que o atual proprietário possui

- Área total: 237,74 ha

- Área de servidão: 0,6357 ha

- Área líquida do imóvel: 236,40 ha

- Área de reserva legal: 49,32 ha

- Área de preservação permanente: 34,12 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 186,55 ha

- Área remanescente de vegetação nativa: 49,32 ha

Da análise desse CAR – O uso e ocupação do solo atual não representa a realidade do imóvel, pois a propriedade possui bem mais áreas de vegetação nativa para demarcação dos 20% da reserva legal que deve ser feito na modo análise do CAR em questão.

Este CAR engloba a área total do imóvel com 237,74 ha, mas a área que deve ser analisada e que tem relação a análise desse processo possui somente 60,8687 ha ao qual faço o relato da área logo abaixo.

Da análise somente da área da matrícula 8753 - que foi parcelada e está relacionada a análise desse processo.

- Área total: 60,8687 ha

O Imóvel precisaria de no mínimo 20% da sua área com vegetação nativa para demarcação da reserva legal o que corresponde a 12,1737 ha.

Na análise pelas imagens de satélite atuais o imóvel possui no mínimo 13,0000 ha de vegetação nativa com matas e mais alguns hectares de campo nativo em área comum , ou seja, no imóvel há vegetação para demarcação da reserva legal com no mínimo 20% e até excedentes de vegetação nativa fora da APP.

As matas estão situadas nas bordas das APP's e nas coordenadas UTM SIRGAS 2000 X 331367.99 m E Y 7782408.48 m S; X 331562.42 m E Y 7782116.48 m S; X 331649.54 m E Y 7782425.28 m S; X 331854.19 m E Y 7782801.13 m S e os campos nativos nas coordenadas X 331741.49 m E Y 7783030.01 m S; X 331645.71 m E Y 7782559.67 m S

OBS: As imagens de satélite foram analisadas pelo site https://eos.com/landviewer/?lat=-20.04733&lng=-46.60528&z=16&id=S2B_tile_20240523_23KLT_0&b=Red.Green.Blue&anti datadas de 23/04/2024.

Sendo assim a matrícula 8753 possui uma área bem maior que os 20% para demarcação da sua legal, não sendo empecilho a supressão da vegetação nativa na matrícula anterior.

Matrícula 8754 – CAR - MG-3164308-FFF904A2BA314D579590D2DCA818B80E

- Área total: 47,69 ha

- Área de servidão: 0,00 ha

- Área líquida do imóvel: 46,0945 ha

- Área de reserva legal: 9,56 ha (corresponde a 20,05 %)

- Área de preservação permanente: 10,06 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 25,36 ha

- Área remanescente de vegetação nativa: 21,95 ha

Sendo assim a matrícula 8754 possui no mínimo 20% da sua área à título de reserva legal e possui excedente de vegetação nativa fora da APP.

Conforme análise das imagens de satélite e do CAR há no mínimo 20% de vegetação nativa fora da APP no imóvel anterior ao parcelamento para demarcação da reserva legal.

Sendo assim o parcelamento do solo não é empecilho a supressão de vegetação nativa no imóvel.

3.4 Do auto de infração auto de infração nº 328602/2024

Foi lavrado por esse gestor e sua regularização será feita por esse processo.

“No dia 26/07/2023 foi realizada uma vistoria na fazenda Pântano localizada no município de São Roque de Minas e

pertencente ao Sr. Ricardo Luiz Teixeira Telles. A vistoria foi realizada para análise do pedido de supressão da vegetação

nativa em 26,0240 (Processo SEI nº 2100.01.0018334/2023-76). Na análise técnica, na vistoria realizada no imóvel e com

base nas imagens de satélites históricas foi constatado uma intervenção com supressão da vegetação de campo nativo em 0,9000 ha para exploração da área. Sendo assim o proprietário será autuado por suprimir vegetação nativa típica de campo nativo em uma área total com 0,9000 ha. Conforme remanescente de vegetação nativa e análise das imagens de satélite não foi constatado rendimento lenhoso. O valor da autuação foi feito em UFMG's conforme determina decreto 47.383/ 2018. A atividade no local da intervenção fica suspensa até a regularização pelo órgão ambiental competente..”

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Supressão da cobertura vegetal nativa em 26,9240 ha.

O projeto de intervenção informa o seguinte:

“O presente trabalho tem como objetivo atender ao requerimento de intervenção ambiental relacionado à solicitação de regularização de 0,90 hectares e a supressão de 26,9240 hectares de cobertura vegetal nativa,

dividido em três áreas Área de Intervenção Ambiental 1 (20,8980 ha), Área de Intervenção Ambiental 2 (2,985 há) e Área de Intervenção Ambiental 3 (2,141 há) na Fazenda Pantano e Quebra Cunha, visando a utilização alternativa do solo para atividades agrícolas. Considerando a tipologia vegetal predominante na área é de Campo que é uma formação campestre caracterizada pela presença predominante de vegetação herbácea nativa, principalmente gramíneas, que cobre completamente o solo. Nessa fisionomia, é comum encontrar variações desde campo limpo, formações sem presenças de espécies arbóreas, a a campo sujo, o qual possui elementos lenhosos, como arbustos ou pequenas árvores, que são esparsos e têm formas tortuosas. Contudo a densidade da vegetação arbórea no campo sujo, considerando indivíduos com diâmetro superior a 5 cm a uma altura de 30 cm acima do solo, geralmente é inferior”.

A área área autuada com 0,9000 ha também está incluída no pedido totalizando os 26,9240 ha.

Foi feito na área o censo florestal (inventário 100%)

“A metodologia utilizada para o inventário dos indivíduos arbóreos foi o Censo Florestal, devido à baixa densidade de árvores de grande porte que atendem aos critérios de inclusão na área de solicitação de supressão, e a distribuição de forma desigual dos indivíduos arbóreos. O procedimento adotado consistiu na medição dos indivíduos com diâmetro à altura de 30 centímetros (DA30) igual ou superior a 5,0 cm e altura igual ou superior a 1,5 m. Todos os indivíduos mensurados foram devidamente identificados por meio de placas, georreferenciados e numerados sequencialmente em campo, registrando-se informações como o perímetro à altura de 30m (CA30), altura, nomes vulgares e científicos. Número de espécies identificadas 22; Número de indivíduos mensurados 132; DAP médio (cm) 11,14; Altura (H) média (m) 3,00; Volume total (m³) 17,24. No levantamento realizado, foram identificadas um total de 45 espécies pertencentes a 20 famílias diferentes. Dentre essas famílias, merecem destaque a Poaceae, com 10 espécies registradas, seguida pela Asteraceae, com sete espécies, e a Melastomataceae, com seis espécies.”.

Foram identificadas espécies arbóreas como goiabeira, capororoca, quaresmeira, acácia, guamirim, jacarandá entre outras e também foi identificado duas árvores de ipê amarelo que não serão cortadas.

O inventário também traz as informações sobre a vegetação rasteira e arbustiva

O projeto também traz o relatório de fauna descrevendo espécies de mamíferos, aves, reptéis, anfíbios e peixes baseados na compilação e análise da "Lista da Fauna e Flora do Parque Nacional da Serra da Canastra - MG", disponibilizada pelo Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Taxa de Expediente: A taxa de expediente no valor de R\$ 760,57 foi paga no dia 30/05/2023

Taxa de Expediente complementar: A complementação da taxa de expediente no valor de R\$ 36,70 foi paga no dia 29/02/2024

Taxa florestal: A taxa florestal no valor de R\$ 117,48 referente a 16,66 m³ de lenha nativa foi paga no dia 30/05/2023

Taxa de reposição florestal: A taxa de reposição florestal no valor de R\$ 503,49 referente a 16,66 m³ foi paga no dia 30/05/2023

Taxa florestal complementar: A taxa florestal no valor de R\$ 9,95 referente a 0,58 m³ de lenha nativa foi paga no dia 30/05/2023

Taxa de reposição florestal complementar: A taxa de reposição florestal no valor de R\$ 42,64 referente a 0,58 m³ foi paga no dia 30/05/2023

DAE da autuação: Auto de Infração Nº 328602 - Série 2024 DAE 01/01 – Valor R\$ 1.847,90 foi pago no dia 31/01/2024

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23131350

5.DAS EVENTUAIS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Média e baixa
- Vulnerabilidade do solo: Baixa
- Vulnerabilidade dos recursos hídricos: Alta e Média
- Prioridade para conservação da flora: Baixa
- Prioridade para recuperação: Muito baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Extrema
- Unidade de conservação: Zona de amortecimento Parque Nacional da Serra da Canastra

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não está inserida
- Área inserida no Bioma Mata Atlântica: Não está inserida e a área solicitada para supressão não apresenta características de floresta estacional nem de transição

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades a ser desenvolvidas: Culturas anuais
- Classe do empreendimento: Não há
- Critério locacional: Não há
- Modalidade de licenciamento: Não passível

5.3 Vistoria realizada:

- A vistoria foi realizada no dia 27/07/2023
- A vistoria foi realizada por esse gestor ambiental com a devida autorização.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo plano ondulado nas áreas próximas as APP's
- Solo: Latossolo e neossolo
- Hidrografia: Possui 5,8920 ha de APP bem preservados, sendo pertencente a bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Bioma Cerrado; fitofisionomia da vegetação de campo, campo cerrado, cerrado; foi observado a presença de espécies protegidas como ipê, mas essas não serão suprimidas.
- Fauna: Durante a vistoria foi observado a presença de aves diversas como pássaros, siriemas e gaviões, não sendo constatado a presença de animais ameaçados de extinção; a fauna da região é típica do bioma cerrado com a presença marcante de tatus, micos e macacos de pequeno e médio porte, tamanduás bandeira e mirim, paca, capivaras, jacus, cobras e demais animais comuns na região.

5.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se trata de processo para intervenção em APP nem de supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado.

6. ANÁLISE TÉCNICA

Da área solicitada para supressão.

Área total solicitada para supressão é de 26,9240 ha que engloba a área com 0,9000 ha autuada conforme auto de infração 328602/2024 e auto de fiscalização nº 242417/2024 (autos anexados ao processo).

Conforme vistoria realizada no imóvel a vegetação nativa no local é típica de campo nativo com alguns pontos de campo cerrado com a presença de indivíduos arbóreos.

A área solicitada para supressão possui áreas planas com uma leve declividade e solos com potencial agrícola.

A área de reserva legal foi demarcada em uma área com 9,6037 ha (corresponde a 20,83 %) de campo nativo em bom estado de conservação em uma área mais declivosa que faz divisa com a APP. A reserva legal está no local de melhor qualidade ambiental dentro do imóvel.

Além da reserva legal e das APP's a propriedade ainda ficará com um remanescente de vegetação com 3,2989 ha que não foi solicitado para supressão por estarem nas bordas das APP's e em pontos mais declivosos.

Sendo assim o imóvel permanecerá com um total de 12,9060 ha de vegetação nativa em área comum e 5,8920 ha de vegetação nativa em APP, sendo um total de 18,7946 ha com vegetação nativa no imóvel.

Não há empecilhos quanto ao parcelamento do solo posterior a 22 de julho de 2008, pois conforme explicado no item 3.3 desse parecer os imóveis oriundos do parcelamento possuem vegetação nativa fora da APP em porcentagens superiores a 20%.

Não há pendências quando a regularização ambiental corretiva conforme decreto 47.749/ 2019 artigo 13.

As duas árvores de ipê amarelo localizadas nas coordenadas UTM SIRGAS X 331963,569 MS Y 7783764,807 ME e X 331932,9356 MS Y 7783753,896 ME não serão suprimidas.

Somente uma área com 0,7000 ha não será passível de supressão, pois está localizada na borda de uma nascente e o solo nesse local é propenso a processos erosivos sendo que nessa área já há um sulco de erosão, de enxurda e a retirada da vegetação nativa pode agravar a situação e causar degradação ambiental na área da APP da nascente. O KML da área autorizada para supressão está anexado ao processo.

Sendo assim este gestor entende que a área solicitada para supressão com 26,2240 ha é passível de

supressão.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos ambientais associados à supressão da vegetação nativa:

A supressão da vegetação leva a diminuição da biodiversidade local e a diminuição do abrigo e alimentação da fauna, bem como o afugentamento da fauna em decorrência do uso do solo.

Medidas mitigadoras

Cercar a área da reserva legal e APP – caso haja gado no local

Construção de curvas de nível

Fazer as intervenções iniciando da parte mais alta em direção as áreas de APP

7. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pela empreendedora **RICARDO LUIZ TEIXEIRA TELLES**, conforme consta nos autos, para **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 26,9240ha**, na Fazenda Pântano e Quebra Cunha, localizada no município de São Roque de Minas/MG, conforme matrícula nº 8752 do CRI da Comarca de São Roque de Minas/MG.

2 – A propriedade possui área total de 44,6313ha e área de reserva legal preservada, proposta no CAR e dentro do imóvel. Foi apresentado protocolo do projeto no sinaflor. Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

3 – As intervenções tem por finalidade o uso alternativo na agricultura.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como dispensa de licenciamento ambiental, para “culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e criação de bovinos em regime extensivo”, conforme informado no requerimento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, mapas, PIA acompanhado de ART, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 26,9240ha** e uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no Bioma Cerrado; fitofisionomia da vegetação de campo, campo cerrado, cerrado; foi observado a presença de espécies protegidas como ipê, mas essas não serão suprimidas, fora da área prioritária para conservação da Biodiversidade e média e baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 26,9240ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO do requerimento de supressão da vegetação nativa em 26,2240 ha, sendo que desse total autorizado 0,9000 ha refere-se à regularização de intervenção ambiental já ocorria conforme auto de infração 328602/2024 na fazenda Pântano e Quebra Cunha, matrícula 8.752. O rendimento lenhoso foi calculado em 17,24 m³ e será usado no próprio imóvel

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Cercar a área da reserva legal e APP

Construção de curvas de nível

Fazer as intervenções iniciando da parte mais alta em direção as áreas de APP

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Sim

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

A reposição florestal já foi paga – documento anexado ao processo

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Relatório fotográfico do cercamento da APP e reserva legal	1 ano após emissão da DAIA
2	Não suprimir além dos 26,7240 hectares de cobertura vegetal nativa autorizados	
3	Antes das intervenções o engenheiro responsável deve demarcar as áreas autorizadas para evitar intervenções irregulares conforme planta topográfica anexada ao processo	
4	Não suprimir as árvores de pequi nas coordenadas UTM SIRGAS X 331963,569 MS Y 7783764,807 ME e X 331932,9356 MS Y 7783753,896 ME	
	Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre	60 dias após a execução da intervenção

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC () SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: SAULO DE ALMEIDA FARIA
MASP: 1.381.233-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho
MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 04/06/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo de Almeida Faria, Servidor Público**, em 10/06/2024, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **89169467** e o código CRC **028DB288**.